

RESUMO DAS TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

TESES (2015)

FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR: O PROCESSO EDUCATIVO ENGENDRADO NA RELAÇÃO TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

AUTOR: Edi Augusto Benini

DATA: 13/03/2015 – Educação (Doutorado) – 229 p – Início: 2012

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Dilneia Espindola Fernandes – UFMS

BANCA: Prof. Dr. Antonio Carlos do Nascimento Osório – UFMS

Profa. Dra. Érika Porceli Alaniz – Unoeste

Profa. Dra. Lisete Regina Gomes Arelaro – USP

Profa. Dra. Sílvia Helena Andrade de Brito – UFMS

RESUMO: Este trabalho insere-se na Linha de Pesquisa “História, políticas e educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e tem como objeto de investigação o movimento contraditório de reprodução da alienação do trabalho engendrado no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Nessa perspectiva, buscou-se compreender a relação entre a inserção dos representantes sindicais no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), a lógica resultante de aplicação de recursos do FAT e as implicações educativas para o mundo do trabalho, considerando, como determinantes desse processo: as questões de formação/qualificação profissional do trabalho e a forma de representação sindical enquanto agentes políticos em relação ao Estado. Ao contrapor dinâmicas históricas e estruturais na relação trabalho, educação e política, com os fluxos imediatos da qualificação para o trabalho,

em que se situa, numa codeterminação dialética e reversa: política, educação e trabalho, evidencia-se a continuidade de mecanismos de cogestão dos fluxos estatais para a reprodução social. Esses mecanismos, apesar de se modificarem na sua forma, permanecem na sua essência de reproduzir relações de trabalho subordinadas. Tais codeterminações resultam na seguinte problemática: se de fato a forma de trabalho e a forma de educação impactam na produção da existência humana, o que inclui sua forma de pensar e compreender o mundo, então na condição de agentes políticos, quais seriam as condições para uma práxis política emancipatória. As considerações finais, em processamento, apontam que existe uma permanente adequação tanto social quanto técnica do trabalho ao sociometabolismo complexo de organização da produção, no aspecto de gerenciar a alocação e a inserção da mercadoria trabalho, sendo que as atuais representações do trabalho, devido a uma relação de cogestão da forma hegemônica atual de desenvolvimento, não se constituem como um campo político radical, logo, de contestação de tais estruturas. Devido a tais determinações mútuas entre o trabalho, a educação e a política, uma transformação, para além da alienação do trabalho, necessita constituir, como base de luta política, a construção da sua própria alternativa sociometabólica, ou seja, uma base produtiva associativa, lastreando um movimento político questionador das estruturas sociais dominantes, sendo a conexão entre ambas as esferas o desencadear de novos processos educativos para além do capital.

Palavras-chave: Política Social. Educação. Processos Educativos. Trabalho. Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O CUIDADO DE SI: PRÁTICAS DE LIBERDADES NOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÕES

AUTOR: Miguel Gomes Filho

DATA: 13/03/2015 – Educação (Doutorado) – 168 p – Início: 2011

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antonio Carlos do Nascimento Osório – UFMS

BANCA: Prof. Dr. David Victor Emmanuel Tauro – UFMS

Profa. Dra. Inara Barbosa Leao – UFMS

Prof. Dr. Miguel Cláudio Moriel Chacon – Unesp

Profa. Dra. Soraia Napoleão Freitas – Unicamp

RESUMO: “O cuidado de si: práticas de liberdades nos processos de subjetivações” é o título desta Tese, que tem, como objeto, a investigação dos discursos de verdade sobre a (homo)sexualidade e as relações com aqueles produzidos por homossexuais professores, a fim de verificar os modos pelos quais eles se constituem sujeitos de desejo. Este trabalho vincula-se ao Grupo de Estudos e Investigações Acadêmicas nos Referenciais Foucautianos (GEIARF) e à Linha de Pesquisa “Educação e Trabalho”, do Programa de Pós-Graduação em educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Partindo do referencial teórico metodológico de Michel Foucault, procuramos explicitar as relações contidas entre os discursos sobre a (homo)sexualidade e os modos de subjetivação. Os participantes da pesquisa foram 10 homossexuais professores. Quanto aos objetivos, procuramos mostrar as condições de possibilidades da constituição da sexualidade como forma de manifestações de desejos, modos de vida e estética da existência, e, ainda, analisar o contraponto entre normalização e espaços de liberdades existentes nas práticas de si. Em busca de alcançá-los, procedemos ao estado da arte sobre as produções pertinentes à temática, na área da educação, subsidiado pelas análises das respostas abertas, de livre manifestação dos homossexuais professores participantes do estudo, considerando o conjunto desses subsídios como feixe de relações com os quais se buscou pontuar os discursos produzidos. Desse modo, o estudo realizado caracteriza-se como arqueogenealógico, com tratamento qualitativo dos dados. Destacamos as complexas relações entre os saberes e poderes, constituídas na tradição ocidental, por meio de uma reflexão crítica, na tentativa de compreender como o “preconceito naturalista” invadiu o campo das ciências culturais, impondo determinados juízos de valor, constituindo a noção de direitos do homem e a configuração dos Estados modernos. Compreendemos assim, os limites das práticas políticas pautadas pela afirmação de uma suposta identidade a ser reconhecida, universalizada, codificada e garantida pelos mecanismos de Estado. Defendemos a necessidade de uma “política de nós mesmos”, como condição de possibilidades da constituição de modos de vida resistentes à normalização nos espaços irredutíveis da subjetividade, sob o imperativo do cuidado de si, exigindo uma transformação dos saberes. O estudo levou-nos à confirmação da tese de que, nas práticas de si, existem espaços de liberdades, escolhas de um tempo irredutível do sujeito nas suas relações consigo mesmo, em que residem as condições de possibilidades para (re)criações de si a partir da resistência aos poderes normalizadores, característicos da sociedade disciplinar em crise.

Palavras-chave: Cuidado de Si; Dispositivo de sexualidade; Educação; Homossexualidade; Subjetividade.

FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS CEINFS DE CAMPO GRANDE/MS: IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO

AUTORA: Luci Carlos de Andrade

DATA: 20/03/2015 – Educação (Doutorado) – 155 p – Início: 2011

ORIENTADORA: Profa. Dra. Lucrecia Stringheta Mello – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Jucimara Silva Rojas – UFMS

Profa. Dra. Ilma Passos Alencastro Veiga – UnB

Profa. Dra. Neide Araújo Castilho Teno – UEMS

Profa. Dra. Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra – UFMS

RESUMO: O estudo contempla a temática da formação inicial e continuada de professores de educação infantil. Parte-se do pressuposto de que a identidade acompanha e constitui par e passo com o processo formativo daquele que atua na educação infantil e da própria história da educação destinada à infância. A infância recebe o olhar especial a partir das reformas educacionais brasileiras dos anos de 1990, estabelecendo objetivos e formação própria para os profissionais e educadores das crianças. Nas últimas décadas, vem se realizando, no contexto da educação básica, a educação em Centros de Educação Infantil (CEINFs - de 0 a 3 e 4 e 5 anos) assim como a formação específica para essa faixa etária. Para investigar “como” a compleição da identidade do professor da educação infantil vem se constituindo, definiu-se o contexto de Campo Grande, MS, em exercício em creches (zero até três anos). Retoma-se a historicidade da infância com os objetivos específicos desse nível e as exigências formativas para delinear o perfil desejado do professor de infância. A pesquisa, de cunho qualitativo (CHIZZOTTI, 2010), pressupõe a imersão da pesquisadora no passado e nas circunstâncias presentes que condicionam o problema e a partilha de prática, experiências e percepções que os sujeitos possuem da vivência como docentes de educação infantil. Os dados coletados, por meio de observação e entrevista com seis professoras dos CEINFs, foram tabulados e analisados sob o enfoque da análise de conteúdo conforme Bardin (2004) e Franco (1986). A pesquisa revela três categorias: realização profissional/fragilidades na docência – ao mesmo tempo em que se dizem satisfeitas, as professoras também apresentam insegurança no trabalho com criança de zero a três anos e buscam a definição do próprio papel de professora; experiências formativas e na docência da educação infantil – revelam lacunas teóricas para sustentar a prática pedagógica vivenciada; ações e experiências na profissão – as ações e experiências sinalizam processos formativos em exercício insuficientes e apontam ainda falta de recursos materiais e a necessidade da valorização profissional.

Palavras-chave: Educação infantil. Formação. Professor. Identidade.

INOVAÇÕES INCORPORADAS OU “MODERNIDADES ABANDONADAS”? UMA INVESTIGAÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS PARA AS AULAS DE LÍNGUAS VIVAS EM DOIS GINÁSIOS DE CAMPO GRANDE, SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO (1931-1961)

AUTORA: Marta Banducci Rahe

DATA: 23/03/2015 – Educação (Doutorado) – 199 p – Início: 2011

ORIENTADORA: Profa. Dra. Eurize Caldas Pessanha – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Fabiany de Cassia Tavares Silva – UFMS

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho – UFMG

Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza – Unesp

Profa. Dra. Sílvia Helena Andrade de Brito – UFMS

RESUMO: Esta pesquisa tem por objetivo analisar, em dois ginásios campo-grandenses, os materiais didáticos que integraram as listas de objetos sugeridos e alguns exigidos para o ensino das Línguas Vivas, Inglês e Francês, das escolas brasileiras de Ensino Secundário, sobretudo a partir das Instruções para o Método Direto, em 1931, mostrando que, não só o livro didático, mas outros artefatos foram adquiridos pelas instituições escolares e habitaram seus espaços carregando, com eles, as intenções e necessidades em busca da modernização da educação secundária, que tinha nos seus objetos didáticos sua maior vitrine. Ao conectar a escolarização do final do século XIX e primeira metade do século XX à modernidade, às mudanças trazidas por ela e às inovações tecnológicas difundidas em nível mundial e que, no Brasil, apresentou-se aliada aos ideais republicanos de progresso e civi-

lização, este trabalho procura entender como as instituições incorporaram essas modificações propostas pelas determinações governamentais e se apropriaram das recomendações para seu uso, considerando também a influência da circulação de ideias promovidas pelos estudos relacionados às metodologias de ensino para as línguas estrangeiras modernas. Desenvolvido entre os depósitos, secretarias, bibliotecas e arquivos do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e da Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, localizadas na cidade de Campo Grande, hoje capital do estado de Mato Grosso do Sul, mas que no recorte temporal desta pesquisa, dos anos de 1931 a 1961, era um dos municípios ao sul do estado uno de Mato Grosso, buscou-se nos seus Relatórios de Inspeção, Livros de Visitas, Regimentos Internos, Pedidos de Equiparação e Verificação Prévia, os sinais da presença desses materiais didáticos, verificando neles traços que indiciem seus propósitos nas escolas investigadas. Foi possível perceber que as modernidades da educação, tais como, coleções de discos, os slides, os filmstrips, os projetores de imagens compuseram o patrimônio material dessas escolas como parte do cumprimento das exigências dos Programas governamentais para o Ensino Secundário, havendo, dessa forma, uma relação de troca entre os interesses dessas instituições na obtenção e manutenção do status de equiparadas ao Colégio Pedro II e os do Estado no sentido de modernização e homogeneização desse nível de ensino. Não apresentando a necessidade ou o propósito de incorporá-las à cotidianeidade das aulas de Línguas Vivas e encontrando nas culturas escolares a tendência à permanência e manutenção de tradições já apropriadas, essas modernidades propostas para as disciplinas de Francês e Inglês nesses ginásios, chegaram até eles e habitaram seus espaços não como inovações incorporadas mas como “modernidades abandonadas”.

Palavras-chave: Línguas Vivas; Ensino Secundário, Modernidade, Cultura Material Escolar.

RECEITUÁRIO DE METAS EDUCACIONAIS EM PROL DAS DEMANDAS HODIERNAS DO CAPITAL E DO TRABALHO HETERONÔMICO

AUTOR: Getúlio Raimundo de Lima

DATA: 16/04/2015 – Educação (Doutorado) – 141 p – Início: 2011

ORIENTADORA: Profa. Dra. Margarita Victoria Rodriguez – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Carina Elisabeth Maciel – UFMS

Profa. Dra. Maria Abádia da Silva – UnB

Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc

Profa. Dra. Maria Dilneia Espindola Fernandes – UFMS

Profa. Dra. Sílvia Helena Andrade de Brito – UFMS

RESUMO: O presente estudo está inserido na Linha de Pesquisa: História, Políticas e Educação do Programa de Pós-Graduação, mestrado e doutorado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, e tem como objeto a teoria do desenvolvimento, a qual capitaneia as teorias do capital humano, empregabilidade e competências, circunstanciadas para o contexto da América Latina, e as indicações produzidas por organismos internacionais atuantes na região. De modo específico, analisamos o papel da educação na perspectiva das “Metas Educativas 2021: a educação que queremos para a geração dos Bicentenários” da OEI e o Programa Interamericano de Educação da OEA. O objetivo geral é investigar as propostas dos organismos internacionais para políticas de metas educacionais na América Latina e como elas respondem às demandas do capitalismo emergente, considerando a formação para o trabalho. Como objetivos específicos, compreender os pressupostos teóricos da política de metas dos organismos internacionais para a América Latina, bem como inquirir sobre os fundamentos teóricos-políticos que embasam a tríade ideológica das teorias da competência, capital humano e desenvolvimento; inquirir sobre o “modo limitado de atividade material” alienante imposta pela “relação de auto-sustentação recíproca” entre trabalho, capital e Estado, tal como proposto pelos organismos educacionais em estudo. A metodologia consiste no levantamento bibliográfico de documentos oficiais dos organismos, em sites e publicações diversas. O método do estudo é o materialismo histórico dialético. Os resultados da pesquisa evidenciam que os receituários de metas educacionais destes organismos são inerentes ao discurso do desenvolvimento pensado para a América Latina; a educação é inseparável das condições materiais históricas e da prática de seus executores. A educação é um elemento orgânico e necessário ao processo de produção, expansão do grande capital e um problema da política social que encontra sua resposta na política industrial. A investigação aponta que a educação proposta por esses organismos é funcionalista e um instrumento econômico e político das relações orgânicas assimétricas de classe, ordenada pela produção coletiva das condições materiais de existência e apropriação privada da riqueza social, em cujo contexto é valorada como fonte de lucros por uma classe e por outra como meio de obtenção ou ampliação de salários. Motivações e interesses pela educação estão vinculados a essas forças externas aos espaços educativos. Todo sistema de educação é reflexo das condições reais

e históricas de cada país. Ele não é diferente das formas como são tratadas as classes sociais no interior de cada nação. A pesquisa argumenta que as propostas educacionais, intrínsecas ao sistema de produção capitalista que atua sobre os sistemas educacionais, dentro da relação estrutura-superestrutura e de processos contraditórios, são formas e métodos que almejam reforçar a condição heteronômica da classe trabalhadora, a intensificação do trabalho mediante o emprego de novas técnicas e tecnologias para o incremento da produtividade.

Palavras-chave: Educação, Organismos Internacionais – Desenvolvimento – América Latina – Trabalho – Capital.

UM AMBIENTE VIRTUAL COLABORATIVO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE FÍSICA COM BASE NA TEORIA DE VYGOTSKY

AUTOR: Dante Alighieri Alves de Mello

DATA: 24/04/2015 – Educação (Doutorado) – 217 p – Início: 2011

ORIENTADORA: Profa. Dra. Shirley Takeco Gobara – UFMS

BANCA: Prof. Dr. Fábio da Purificação de Bastos – UFSM

Prof. Dr. Fernanda Ostermann – UFRS

Prof. Dr. Marcelo Augusto Santos Turine – UFMS

Profa. Dra. Neusa Maria Marques de Souza - UFMS

RESUMO: É consensual que a Física é uma disciplina de difícil compreensão para a maioria dos estudantes brasileiros. Por conta dessa constatação, muitas pesquisas vêm sendo realizadas para investigar as causas e possíveis soluções para esse problema, como, por exemplo, as investigações a respeito do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o ensino de Física. Realizamos uma pesquisa qualitativa que teve como objetivo principal investigar a ocorrência de aprendizagem colaborativa, mediada por um Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA), denominado Laboratório de Aprendizagem Colaborativa de Física (LAFIS). Esse AVEA foi desenvolvido com base na teoria de Vygotsky, com o objetivo de favorecer a interação colaborativa entre os estudantes, mediados pelo professor, para solucionar um determinado problema de Física por meio de um chat (bate-papo virtual). Partimos da hipótese que o LAFIS pode potencializar a aprendizagem dos estudantes ao promover uma relação de interdependência entre eles. Por meio da análise das interações discursivas, com foco nas classes de abordagem comunicativa e padrões de interação, procuramos identificar possíveis transições microgenéticas nos estudantes. As interações virtuais permitiram identificar conceitos espontâneos e científicos dos estudantes, bem como indícios de aprendizagem em diversos casos, principalmente nos padrões interativos I-R-F e cadeias I-R-F-R-F. As análises qualitativas das fontes de dados dessa pesquisa sugerem que o LAFIS, em determinadas condições socioculturais, favorece a interação colaborativa entre os estudantes, pois a interdependência entre eles no ambiente pode promover processos interativos, que podem ser convertidos em ações colaborativas, caso os sujeitos auxiliem um ao outro a resolverem os problemas propostos. Dentre os sujeitos que participaram da pesquisa, observamos estudantes que receberam auxílio dos seus pares e, assim, conseguiram resolver as questões propostas, bem como casos em que ambos os estudantes, de um mesmo grupo, não compreendiam ou não sabiam como solucionar o problema proposto, mas que conseguiram êxito na tarefa ao receberam o auxílio do professor. Verificamos a importância das interações colaborativas para a solução das questões propostas, bem como de que maneira devem ser conduzidas as mediações do professor para favorecer esse processo, uma vez que os fatores socioculturais influenciam a ocorrência da aprendizagem. Constatamos também que: 1) os problemas propostos no LAFIS devem promover uma relação de interdependência na interação entre os estudantes; 2) o Nível de Desenvolvimento Real e a Zona de Desenvolvimento Próximo dos estudantes devem ser compatíveis com o problema proposto; 3) a intermediação do professor deve ser contínua e direcionada para receber o feedback do estudante, o que possibilita identificar possíveis indícios de aprendizagem.

Palavras-chave: Ambiente virtual de ensino-aprendizagem. Aprendizagem Colaborativa. Ensino de física. Vygotsky

OS GREGOS, OS ANARQUISTAS E A CRIAÇÃO DA AUTONOMIA: OBSERVAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO E TRABALHO A PARTIR DO REFERENCIAL DE CORNELIUS CASTORIADES

AUTOR: Ronaldo Maciel Pavão

DATA: 07/05/2015 – Educação (Doutorado) – 329 p – Início: 2011

ORIENTADORA: Profa. Dra. Inara Barbosa Leao – UFMS
BANCA: Prof. Dr. Antonio Carlos do Nascimento Osório – UFMS
Prof. Dr. David Victor Emmanuel Tauro – UFMS
Prof. Dr. Henrique de Oliveira Lee – UFMT
Profa. Dra. Maria Dilméia Espindola Fernandes - UFMS

RESUMO: Esta tese de doutorado teve como objetivo estudar e analisar as propostas pedagógicas anarquistas, assim como suas concepções de organização social do trabalho desenvolvidas entre os séculos XIX e XX. Estas propostas foram apresentadas como parte histórica de um projeto de criação de autonomia individual e coletiva frente à sociedade capitalista e sua racionalidade instrumental. Neste contexto, além de sua importância política, foi fundamental compreender a relação entre as teorias e práticas anarquistas em educação, para uma discussão sobre a criação de possibilidades de outras formas pedagógicas frente ao capitalismo e à centralização estatal do poder na tomada de decisões. Como o anarquismo é um movimento político da modernidade e do mundo ocidental, ele também é herdeiro de uma ontologia de ruptura e questionamento das instituições sociais criado pelos atenienses a partir do século VIII a. C., e que durou até o século V a. C. Diante disto, apresentamos conceitos, autores e obras relacionados à criação social-histórica desta cisão com as representações dadas do mundo que permitiram a invenção da filosofia e da democracia pela atividade política dos atenienses, influenciando o desenvolvimento ulterior das instituições ocidentais. Em um último momento, analisamos criticamente as ideias de educação, progresso, desenvolvimento, trabalho, economia e racionalidade presentes na sociedade capitalista, no intuito de buscar respostas para uma transformação das representações e práticas que a sustentam. A tese justifica-se pelo estudo e análise das experiências anarquistas em educação e trabalho, entre os séculos XIX e XX, assim como de sua relevância para a história das ideias e práticas pedagógicas. A hipótese que investigamos é a de que é possível a criação de uma educação que objetive o desenvolvimento de um projeto de autonomia para o indivíduo e para a sociedade, assim como afirmamos a incapacidade da sociedade capitalista em formar cidadãos que pensem o coletivo e possam desenvolver suas potencialidades a partir das concepções atuais de Educação e Trabalho controladas pelo Estado e pelo Capitalismo. As fundamentações utilizadas nesta tese foram a teoria anarquista, de base materialista, e o referencial teórico do pensador grego Cornelius Castoriadis (1922-1997), fundamental para as discussões sobre elaborações de outras formas pedagógicas que proponham um projeto de autonomia em diversos níveis. A pesquisa foi baseada em coleta de dados em fontes documentais primárias e secundárias, por ser eminentemente teórica, fazendo parte da Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS. Como resultado, temos que uma educação com base nos pressupostos anarquistas não responde às necessidades de nossa sociedade, pela sua análise que privilegia o aspecto da produção material da sociedade. Isto se insere no contexto da ontologia unitária, que tem por fundamento a escolha racional de um elemento para explicação de todo a organização da sociedade. Este ponto suscita problemas e discussões profundas em um quadro de transformação global da sociedade, por sua relevância ontológica e antropológica, pois diz respeito ao tipo de indivíduo e de sociedade que desejamos criar. Desta forma, o que se propõe é a utilização dos elementos das pedagogias anarquistas relacionados à criação deste projeto de autonomia individual e coletivo, inclusive, com a presença da concepção de educação ateninense (paideia), de que toda a sociedade participa da formação de seus cidadãos, e não apenas a instituição escolar.

Palavras-chave: Educação. Anarquismo. Cornelius Castoriadis. Trabalho. Filosofia Clássica

A SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR TUTOR DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: SER SUJEITO QUANDO JÁ NÃO SE É O OUTRO DE SI MESMO

AUTOR: Sergio Antunes de Almeida
DATA: 19/05/2015 – Educação (Doutorado) – 217 p – Início: 2011
ORIENTADORA: Profa. Dra. Inara Barbosa Leao – UFMS
BANCA: Prof. Dr. Antonio Carlos do Nascimento Osório – UFMS
Profa. Dra. Deise Juliana Francisco – UFAL
Prof. Dr. Roberto Valdés Puentes – UFU
Profa. Dra. Shirley Takeco Gobara - UFMS

RESUMO: Esta tese tem como objeto de investigação a subjetividade de professores tutores e professoras tutoras em atividade de trabalho na modalidade educação a distancia (EAD), especificamente no modelo semipresencial via satélite em Instituição do Ensino Superior (IES) localizada em Campo Grande (MS). A proposta é investigar a subjetividade do professor tutor no âmbito do seu trabalho na EAD. O referencial teórico que deu sustentação para

compreender a constituição do sujeito é o da psicologia sócio-histórica, pois a pesquisa demanda estudar as condições sociais, econômicas e históricas em que o sujeito está inserido, assim como as particularidades dos grupos sociais a que pertence. A metodologia aplicada está apoiada nos fundamentos do materialismo histórico dialético que nos permitiu a construção do objeto de pesquisa e a aproximação com a empiria a partir da recuperação histórica do objeto através de consultas bibliográficas referentes ao tema, leituras de teses, dissertações e artigos pesquisados em bancos públicos de dados, coleta de dados por meio de questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas direcionada para a atividade de trabalho, com roteiro composto por questões abertas, aplicado de forma livre e individual e registro de gravação pré-consentido. Foram entrevistados seis professores tutores com tempo de prática entre dois e seis anos no modelo via satélite da educação a distância. Para análise de dados tomou-se por base as técnicas das análises de conteúdo e de discurso, cujos resultados indicaram que o trabalho docente do professor tutor se modifica na modalidade EAD, torna-se padronizado e simplificado em razão do uso da tecnologia e do trabalho parcelado. As mudanças no âmbito da instituição intensificam os processos de trabalho em razão da simplificação de tarefas e no âmbito subjetivo ocorre a perda de autonomia de trabalho e isolamento do professor. Os professores tutores relataram maior complexidade nas relações pedagógicas, nas orientações, nas correções e avaliações das atividades discentes. A ausência física do aluno foi outro fator de preocupação na medida em que o professor tutor desconhece o objeto de seu trabalho. Concluímos que a forma de repensar a prática pedagógica, o desafio de se comprometer ou não no processo educativo mediado por tecnologia deixa evidente o movimento subjetivo de redefinição do significado social colocado na atividade profissional do professor tutor. Palavras-Chave: Educação. Subjetividade. Trabalho Docente. Educação a Distância.

Palavras-chave: Educação. Subjetividade. Trabalho Docente. Educação a Distância.

MODELAGEM DIDÁTICA COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO PARA A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA EM BIOLOGIA CELULAR

AUTOR: Airton José Vinholi Júnior

DATA: 22/06/2015 – Educação (Doutorado) – 208 p – Início: 2012

ORIENTADORA: Profa. Dra. Shirley Takeco Gobara – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Ana Tiyomi Obara – UEM

Prof. Dr. Antonio Carlos do Nascimento Osório – UFMS

Profa. Dra. Evelyse dos Santos Lemos – Fiocruz

Profa. Dra. Icleia Albuquerque de Vargas – UFMS

RESUMO: Este estudo faz parte do programa de pesquisas do/no Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Cultura Escolar (OCE), que toma como objetos de estudos documentos curriculares produzidos para os espaços da educação formal e não formal, entendidos como instância de formação escolar, com objetivos educativos explícitos e ação intencional institucionalizada, estruturada e sistemática; e como uma possibilidade de produção, seleção e distribuição de conhecimento fora das estruturas curriculares do ensino tradicional, respectivamente. Nesse contexto, esta dissertação analisa a relação entre a Escola Básica brasileira e os processos de escolarização em finais do século XX, organizados na publicação de um conjunto de documentos curriculares nacionais – Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) – publicados entre os anos finais do século XX e os primeiros do século XXI, mais especificamente entre 1998 e 2013. Os movimentos de inaugurações e reformulações que atingiram as diferentes instâncias de poder (do supranacional ao local) tiveram por princípios norteadores concepções próprias do campo econômico, especialmente de matriz neoliberal e da Teoria do Capital Humano (TCH). Todavia, no campo educativo, os delineamentos neoliberais assumiram contornos específicos, o neoliberalismo educativo. Já os princípios da Teoria do Capital Humano traduziram-se na incorporação das Teorias das Competências, provocando um possível colapso dos fundamentos da educação e a refundação dos princípios de seleção e distribuição, configurando-se naquilo que identificamos por neoliberalismo educativo. O exercício de investigação está organizado tendo como objetivo, compreender o discurso ideológico que possivelmente alimentou o colapso na intencionalidade de seleção dos conhecimentos, discutindo como os documentos curriculares propostos a partir da reforma curricular dos anos de 1990 discutiram o tripé escola, conhecimento e avaliação. Diante disso, a hipótese delineada é a de que este conjunto de documentos curriculares traduzidos em discursos oficiais apresentam delineamentos interessados e endereçados, oriundos da ideologia neoliberal, aos processos de escolarização.

Palavras-chave: modelagem didática, biologia celular, mapas conceituais, aprendizagem significativa, ensino de biologia.

A REFORMA LÚCIO COSTA E O ENSINO DA ARQUITETURA E DO URBANISMO: DA ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES À FACULDADE NACIONAL DE ARQUITETURA (1931-1945)

AUTOR: Caio Nogueira Hosannah Cordeiro

DATA: 29/10/2015 – Educação (Doutorado) – 219 p – Início: 2011

ORIENTADORA: Profa. Dra. Sílvia Helena Andrade de Brito – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Eurize Caldas Pessanha – UFMS

Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves – Universidade Anhanguera UNIDERP

Profa. Dra. Margareth Aparecida Campos da Silva Pereira – UFRJ

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodriguez - UFMS

RESUMO: A reforma do ensino de Arquitetura iniciada por Lucio Costa, em sua breve passagem como diretor da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), em 1931, é até hoje referência para o ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Sua origem se remete ao movimento moderno e à introdução do pensamento urbanístico no Brasil e no plano internacional. Em meio à efervescência da “Revolução de 1930”, os debates na Associação Brasileira de Educação (ABE) e as reformas estaduais do ensino iriam desencadear a criação do Ministério da Educação e da Saúde e a produção do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esses debates também repercutiriam entre os arquitetos, em suas entidades representativas. A proposta experimentada na ENBA teve início com o processo de criação do curso de Arquitetura, que se tornaria independente do ensino de Belas Artes, e se concluiu em 1945, com a fundação da Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Lucio Costa ainda daria outra contribuição a este processo ao participar, como professor, do ensino do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada por Anísio Teixeira, em 1935, que se manteve em funcionamento até janeiro de 1939, quando suas atividades foram encerradas por decreto presidencial. Trata-se, portanto, de uma trajetória iniciada e concluída na chamada “Era Vargas”. O objetivo da pesquisa foi verificar a inserção da reforma no movimento político, cultural e artístico, esclarecendo, em suas origens, as motivações, os princípios norteadores e os enredamentos que produziram as condições e a demanda por um novo ensino de Arquitetura, que incluía o Urbanismo como disciplina. A partir da análise curricular da reforma, além de outros documentos produzidos por arquitetos e educadores, a tese visa responder ao problema teórico presente na historiografia, que reduz a compreensão do fenômeno a seus marcos no processo de consolidação da arquitetura moderna.

Palavras-chave: Arquitetura Brasileira; Ensino de Arquitetura; Reforma Lucio Costa.

O OLHAR INTERDISCIPLINAR NA PRÁTICA DOCENTE EM GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: LINGUAGEM SIMBÓLICA EM FENOMENOLOGIA

AUTORA: Care Cristiane Hammes

DATA: 02/12/2015 – Educação (Doutorado) – 172 p – Início: 2012

ORIENTADORA: Profa. Dra. Jucimara Silva Rojas – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis – UFMS

Profa. Dra. Lucrecia Stringhetta Mello – UFMS

Profa. Dra. Maria Cristina Lima Paniago – UCDB

Profa. Dra. Marta Regina Brostolin - UCDB

RESUMO: A pesquisa trata da prática docente no ensino de Geografia nos primeiros anos escolares. Justifica-se a temática pela importância de mostrar a interdisciplinaridade e linguagem simbólica na prática docente em Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. As relações com o mundo da criança no desvelar da possibilidade interdisciplinar pode ser repensada com vistas a demonstrar a importância de compreender a Geografia como um todo e suas interfaces. As bases teóricas sedimentam-se em estudos de: fenomenologia com os autores Husserl (1975), Merleau-Ponty (2006), Bicudo (2000, 2011, 2014), Bicudo e Espósito (1994), Rojas (1998, 2004, 2007), Rojas e Mello (2012); Interdisciplinaridade com Fazenda (1994, 2001, 2003), Japiassú (1976, 1996), Sommerman (2006), Lenoir (2006); Geografia e fenomenologia envolvendo autores como Dardel (2011), Nogueira (2004); Simbólico em que foram escolhidos Chevallier e Gheerbrant (2009). O estudo contextualiza-se em três municípios de Mato Grosso do Sul: Dourados, Maracaju e Campo Grande. A pesquisa

é de caráter qualitativo com enfoque na fenomenologia e desenvolve-se pelo depoimento de professores e pela realização da análise ideográfica e nomotética. Os sujeitos são professores que atuam em Geografia nas escolas dos municípios elencados. Dialoga-se sobre a seguinte intencionalidade: como se mostra a prática docente e sua linguagem simbólica em Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental? A abordagem das práticas apresenta fundamentos na interdisciplinaridade, em uma Geografia fenomenológica e simbólica. No que se refere a interdisciplinaridade, algumas práticas demonstraram a importância de repensar a excessiva linearização e fragmentação do conhecimento geográfico. Pela Fenomenologia, as práticas fazem com que as crianças vivam no e com o mundo, por meio dos sentidos. Destacam-se metodologias com música, poesia, teatro, textualizações, saídas a campo e outras. Por meio do simbólico, as práticas podem contribuir para diferentes interpretações sobre o espaço geográfico e toda a sua simbologia. Ou seja, permite leituras e escritas de visões do mundo em que vivemos.

Palavras-chave: Prática docente. Geografia. Fenomenologia. Interdisciplinaridade. Linguagem simbólica.

AS FORMULAÇÕES PARA A GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL EM INTERSEÇÃO COM AS AÇÕES DA UNIÃO (1988-2014)

AUTORA: Andréia Vicência Vitor Alves

DATA: 14/12/2015 – Educação (Doutorado) – 285 p – Início: 2012

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Dilnéia Espindola Fernandes – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Carina Elisabeth Maciel – UFMS

Profa. Dra. Elisângela Alves da Silva Scaff – UFGD

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Profa. Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira - UCDB

RESUMO: Esta pesquisa está vinculada à Linha de Pesquisa: História, Políticas e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e integrada à pesquisa “Política e Educação na primeira década do século XXI: a interseção das ações do governo central com as dos governos sul-mato-grossenses”. Tem como objetivo distinguir as formulações governamentais para a gestão da educação básica pública estadual sul-mato-grossense em cada período governamental, no entretempo 1988-2014, e analisá-las enquanto tradução de relações federativas entre governos do estado e da União. Procura responder à seguinte pergunta: quais são as formulações governamentais para a gestão da educação básica pública estadual sul-mato-grossense no período 1988-2014 e que elas traduzem em termos de relação federativa entre o estado e a União? Para tanto, trabalhamos com fontes bibliográficas selecionadas no campo da ciência política e da educação brasileira que tratam de políticas educacionais, gestão democrática e gestão gerencial. E, ainda, com fontes documentais que correspondem à legislação nacional vigente e à legislação educacional do estado de Mato Grosso do Sul que tratam da gestão da educação básica no entretempo 1988-2014, isso por meio de análise documental. A análise e interpretação dos dados obtidos permitiram as seguintes conclusões: a) alguns governos colocaram a gestão democrática da educação na formulação das políticas educacionais voltadas para a gestão da educação básica como questão central, como os Governos de José Orcírio Miranda dos Santos e de Pedro Pedrossian, outros a tornaram questão secundária, como os Governos de Marcelo Miranda de Souza e de Wilson Barbosa Martins, e o Governo de André Puccinelli a ressignificou, apresentando-a conciliada a critérios de meritocracia e desempenho educacional; b) a gestão gerencial é uma prática em ascensão no âmbito da política educacional nacional e do estado sul-mato-grossense a ressignificar mecanismos da gestão democrática, com uma ótica economicista e preceitos neoliberalizantes; c) tanto em âmbito nacional como no âmbito do estado sul-mato-grossense, a gestão da política educacional tem caráter burocrático, autoritário, centralizador e hierárquico, já que o financiamento e as decisões a respeito das ações educacionais nacionais continuam centralizados nas mãos da União e as iniciativas de âmbito estadual sul-mato-grossense continuam concentradas nas mãos do governo estadual; d) a gestão democrática se constitui em uma questão secundária no âmbito da educação brasileira, já que essa educação busca se adequar à concepção educacional internacional que tem em vista uma educação com preceitos neoliberalizantes, voltada para o desempenho escolar e a busca de resultados e) Mato Grosso do Sul, apesar de formular e materializar ações específicas para a gestão educacional local no intento de atender aos anseios de sua comunidade escolar, materializou também iniciativas elaboradas e pensadas pelo Ministério de Educação (MEC), que assumiu o papel de articulador, normatizador, avaliador, coordenador e financiador do sistema de ensino sul-mato-grossense, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Plano de Ações Articuladas (PAR) e do Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb). Com isso, o MEC passou a exercer a função de regulador e monitorador da materialização dessas ações nas escolas,

com vistas à eficiência, à eficácia e ao desempenho educacional; e não a função de ente federado colaborador no que tange à política educacional do estado sul-mato-grossense.

Palavras-chave: política educacional; gestão educacional; gestão educacional no estado de Mato Grosso do Sul; educação básica

DISSERTAÇÕES (2015)

MARIA CONSTANÇA BARROS MACHADO: UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A PROFESSORA E DIRETORA DO PRIMEIRO GINÁSIO PÚBLICO CAMPOGRANDENSE

AUTORA: Daniela Felisberto da Silva

DATA: 24/04/2015 – Educação (Mestrado) – 181 p – Início: 2013

ORIENTADORA: Profa. Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Galvão – UFMG

Profa. Dra. Sonia da Cunha Urt – UFMS

RESUMO: O presente estudo tem como objeto a representação social sobre Maria Constança Barros Machado construída a partir de sua trajetória como professora e diretora no ensino secundário em Campo Grande, no antigo sul de Mato Grosso. A problematização delimita-se da seguinte forma: 1) Como se construíram as representações sociais sobre a professora e diretora Maria Constança? 2) De que modo tais representações estão ligadas à maneira como conduziu sua trajetória profissional? e 3) Em que aspectos essa trajetória influenciou o ensino secundário do antigo sul de Mato Grosso? Tem-se como suposição que a professora Maria Constança Barros Machado, por meio de sua militância política e capital social, alcançou uma trajetória de destaque em relação aos outros professores de Campo Grande, no período de 1939 a 1966, fomentando uma representação positiva e superestimada da sua atuação. Nesse aspecto, o objetivo geral é compreender a representação social sobre a referida professora, para aproximar às representações de sua atuação no ensino secundário, como professora e/ou diretora. Como metodologia parte-se da forma como Maria Constança é representada em memórias de personalidades de seu campo social, em cruzamento com outras fontes documentais à luz da historiografia acadêmica. O embasamento teórico é pautado na teoria bourdieusiana para se compreender o conceito de representação e, ainda, como operaram o campo político e os diferentes capitais (social, simbólico, cultural) na trajetória da professora. Maria Constança foi uma normalista que agregava à sua formação curso de CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, ofertado pelo Ministério de Educação para habilitar professores sem graduação) e que exerceu sua função com intensa participação na história do ensino no sul de Mato Grosso. Ainda em Cuiabá, o desempenho escolar e o acesso à Escola Normal Pedro Celestino lhe deram o suporte necessário para iniciar sua trajetória profissional, que se teve como ápice o cargo de diretora do Colégio Estadual Campo-Grandense, primeiro ginásio público do referido município. As relações com governadores foram uma característica presente durante toda sua trajetória profissional. As representações se assemelham em todas as fontes e partem de pessoas que acompanharam de perto sua atuação. Em síntese, as análises sinalizam a estreita relação com políticos influentes, que direcionou não apenas a consolidação de sua trajetória, mas o alcance de seu maior objetivo, qual seja, a instalação do primeiro ginásio público Liceu Campo-Grandense -, resultando em visibilidade social e representações positivas de sua trajetória.

Palavras-chave: ensino secundário; representação social; Maria Constança Barros Machado.

A ESCOLA NORMAL DE PONTA PORÃ, SUL DE MATO GROSSO (1959-1974)

AUTOR: Artur D'Amico Bezerra

DATA: 30/04/2015 – Educação (Mestrado) – 113 p – Início: 2013

ORIENTADORA: Profa. Dra. Sílvia Helena Andrade de Brito – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Carla Villamaina Centeno – UEMS

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodriguez – UFMS

RESUMO: Esta dissertação integra a Linha de pesquisa História, Política e Educação do Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A mesma tem como objeto de estudo a Escola Normal de Ponta Porã, na perspectiva de sua implantação e consolidação na cidade de Ponta Porã no sul de Mato Grosso, no período de 1959 a 1974. Este trabalho tem por objetivo geral a análise da formação de professores na referida instituição de ensino, bem como de seu processo de implantação e funcionamento, levando em consideração os determinantes econômicos, políticos e sociais. Os objetivos específicos tratam de evidenciar as políticas nacionais relativas ao ensino normal e as políticas estaduais voltadas ao ensino normal, por meio de das legislações elaboradas ao fim do Estado Novo; destacar a relação entre o ensino primário e o ensino normal; e situar a Escola Normal de Ponta Porã naquele momento histórico. A Escola Normal de Ponta Porã foi instalada pela Lei n.1251, de 27 de agosto de 1959 no governo de João Ponce de Arruda. A implantação desta escola vem contemplar mais uma cidade do então sul de Mato Grosso. Sua população era basicamente rural, e como sua força de trabalho era exercida também no campo até o final da década de 1940, pois não havia o interesse econômico-político de ampliar o atendimento escolar até a região. A instalação da Escola Normal realizou-se em um período de transição de controle da base material, tendo assim, a educação um papel mais importante nessa nova fase.

Palavras-chave: Escola Normal. Ponta Porã. Mato Grosso.

IMPLANTAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO TÉCNICO FEDERAL NO BRASIL (1909-1971): DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES À ESCOLA DE PREPARAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.

AUTORA: Selma de Fátima Vanderley

DATA: 01/09/2015 – Educação (Mestrado) – 105 p – Início: 2013

ORIENTADORA: Profa. Dra. Eurize Caldas Pessanha – UFMS

BANCA: Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira – UFMG

Profa. Dra. Sílvia Helena Andrade de Brito – UFMS

RESUMO: A história da estrutura e da organização do ensino técnico no Brasil refletiu as condições socioeconômicas e o panorama político de determinados períodos históricos. Nessa direção, o objetivo deste trabalho consiste em identificar a qual finalidade o ensino técnico visava atender ao ser implantado pelo governo federal por meio da criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909 e se essa finalidade permaneceu a mesma ante as transformações ocorridas na sociedade até o ano de 1971, quando foram fixadas as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, instituindo a profissionalização universal e compulsória para todo o Ensino de Segundo Grau. Apresenta também a trajetória do ensino técnico dentro do contexto político, econômico e social por que passou o Brasil desde o período colonial até os anos 1970. Sendo um trabalho de caráter histórico, utilizou-se a pesquisa documental, onde a fonte de dados é a legislação educacional que trata do ensino técnico. Como suporte para compreender a estrutura e organização dessa modalidade de ensino, foram utilizados documentos oficiais como leis, decretos, decretos-lei, subsidiados por Exposições de Motivos e Mensagens Presidenciais. Com a análise das finalidades e de outros aspectos do ensino técnico presentes nos dispositivos legais, tem-se que a implantação desse ramo de ensino pelo governo central no início do século XX foi uma medida assistencial e correccional para dar resposta à questão social que se ampliava com o crescente número de crianças pobres e/ou abandonadas que se aglomeravam nos espaços urbanos, como forma de evitar o aumento da criminalidade. No entanto, ao longo de sua trajetória, o ensino técnico passou a ser requisitado para a formação da força de trabalho visando atender as demandas do processo de industrialização que se intensificou a partir da década de 1940, culminando com uma grande mudança no sistema escolar por meio da profissionalização de todo Ensino de Segundo Grau, em 1971.

Palavras-chave: Ensino técnico; Legislação, Formação para o trabalho.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (2004 A 2014): CONTRADIÇÕES ENGENDRADAS NA OFERTA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

AUTORA: Douglas Oliveira Custodio

DATA: 23/10/2015 – Educação (Mestrado) – 158 p – Início: 2013

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Diléia Espindola Fernandes – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Carina Elisabeth Maciel – UFMS

Profa. Dra. Teise de Oliveira Guaranha Garcia – USP

RESUMO: O trabalho integra a pesquisa “Política e educação na primeira década do século XXI: a interseção das ações do governo central com as dos governos sul-matofinanciada pelo Edital Programa Primeiro Projetos (PPP) n. 05/2011, da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECT/CNPq). Insere-se na Linha de Pesquisa História, Políticas e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Tem como objeto de pesquisa as relações intergovernamentais e intersetoriais do Programa Bolsa Família (PBF) e a garantia à efetivação do direito à educação no Estado de Mato Grosso do Sul no período de 2004 a 2014. O objetivo central do estudo é analisar tanto a configuração da política social nos governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff em relação às políticas educacionais mediante a particularidade do Programa Bolsa Família, tanto quanto a estrutura institucional desse mesmo programa no contexto da gestão intergovernamental e intersetorial desenhada pelas relações federativas. Os pressupostos são que as políticas educacionais enquanto fração das políticas sociais são partes constitutivas do processo de produção e reprodução social. Também que essa mesma política social se configura na relação intergovernamental e intersetorial nas políticas públicas. Desse modo se trabalha na relação dialética e com múltiplas determinações. Assim a pesquisa busca situar o estado de Mato Grosso do Sul no contexto das relações federativas e na sua particularidade qual seja, promover o acesso à educação daqueles que tem direito a ela e são beneficiários do PBF. A hipótese trabalhada é da relação das camadas mais excluídas socialmente com o acesso efetivo ao direito social à educação. A superação dessa exclusão deve ser garantida tanto por outra leitura de política social e bem como de novos mecanismos das políticas públicas no Estado Federal e descentralizado. O estudo buscou desenvolver a caracterização desse novo modelo de proteção social tanto quanto os mecanismos da progressiva institucionalização das políticas públicas no contexto federativo. Referente a pesquisa empírica utilizou de fontes documentais, ou seja, a legislação federal produzida referente ao PBF e sua institucionalização, e dados referentes aos beneficiários no Estado de Mato Grosso do Sul das cidades eleitas para a pesquisa aqui desenvolvida. Consta-se, no desenho do PBF, a centralidade pela União dada pela sua competência para legislar sobre assistência social e educação e as ações para coordenação entre os entes federativos, principalmente os municípios, particularmente em relação a gestão e sua construção de mecanismos de aferimento das condições sociais para o atendimento efetivo, intergovernamental e intersetorial do direito à educação em relação aos beneficiários do PBF.

Palavras-chave: Política Educacional; Programa Bolsa Família; Relações Federativas; Relações Intergovernamentais; Relações Intersetoriais; Direito à Educação.

A LINGUAGEM SIMBÓLICA DA LITERATURA INFANTIL NA PRÁTICA DO PROFESSOR DA CRIANÇA: UM OLHAR EM FENOMENOLOGIA

AUTORA: Ricardo Teiji Paula Takaki

DATA: 10/11/2015 – Educação (Mestrado) – 174 p – Início: 2014

ORIENTADORA: Profa. Dra. Jucimara Silva Rojas – UFMS

BANCA: Profa. Dra. Ana Maria Ramos Sanchez Varella – PUC/SP

Profa. Dra. Regina Aparecida Marques de Souza – UFMS

RESUMO: Este estudo refletiu sobre a importância da Literatura Infantil e suas concepções como linguagem simbólica na prática do professor e o sentido de aprendizagem. Analisou a literatura infantil, identificou a linguagem simbólica como instrumento significativo para a construção processual do aprender para a criança. Esta pesquisa foi iniciada pela elaboração teórica sobre a literatura infantil, linguagem simbólica e prática docente, considerando os pares teóricos, Merleau-Ponty (2006), Ricoeur (2000), Coelho (2000), Rojas (2012) e Fazenda (2001). Numa aplicabilidade metodológica da pesquisa qualitativa com enfoque em Fenomenologia. Participaram como sujeitos 5 (cinco) professores da Educação Infantil de diferentes escolas particulares no município de Campo Grande – MS. Os dados coletados em forma de depoimentos foram tratados por meio da análise ideográfica e nomotética culminando na hermenêutica. A dissertação utiliza de metáfora para contextualizar o movimento, representando os diversos caminhos percorridos pelos sujeitos em suas práticas com a literatura infantil. Identificamos como respostas que os professores concebem a literatura infantil como instrumento para o trabalho com a linguagem simbólica na formação de leitores, asseverando o acesso ao mundo da percepção da criança

pela fantasia e imaginação. Outro fator que se destacou é o motivacional, compreendendo que o trabalho do professor da criança com a literatura infantil está permeado de ludicidade, liberdade e criatividade no tocante as parcerias e possibilidades de ações interdisciplinares. Atitudes inovadoras enriquecem a metodologia do professor, permitindo a aprendizagem da criança. A pesquisa pode contribuir para um olhar mais profundo a respeito da prática do professor da criança, acrescentando a compreensão do símbolo como uma via de acesso ao mundo interno de cada criança, auxiliando-a na superação dos obstáculos inerentes à sua fase de desenvolvimento. A pesquisa obteve como resultado as categorias abertas: Linguagem Simbólica; Ludicidade; Prática Docente; Formação de Leitores; Liberdade e Criatividade do Professor; Interdisciplinaridade; A Percepção da Criança: Fantasia e Imaginação; Motivação e o Processo do Aprender, por meio das quais foi possível nos aspectos finalizadores da pesquisa dizer que a Linguagem Simbólica no dia-a-dia do professor da criança, transforma-se em Linguagem Lúdica, ou seja, pela sua liberdade alcançada por meio do domínio do conhecimento e também pela criatividade, o professor proporciona a seus alunos momentos prazerosos nos quais é possível dialogar com a criança no mesmo nível. O professor pela ludicidade torna-se criança com a intencionalidade de se tornar um agente de mudanças significativas no aluno e também no mundo-vida da Escola por meio do diferente.

Palavras-chave: Linguagem Simbólica; Literatura Infantil; Prática Docente; Fenomenologia.